



UFRJ

MATHEUS COSTA DE SOUZA

**GESTÃO DE FLUXO DE CAIXA COMO FERRAMENTA DE CONTROLE NAS
EMPRESAS**

RIO DE JANEIRO
2022

MATHEUS COSTA DE SOUZA

**GESTÃO DE FLUXO DE CAIXA COMO FERRAMENTA CONTROLE NAS
EMPRESAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Federal do Rio de Janeiro, como
requisito parcial para a obtenção do título de
graduado em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Luiz Alberto Mattos

MATHEUS COSTA DE SOUZA

**GESTÃO DE FLUXO DE CAIXA COMO FERRAMENTA CONTROLE NAS
EMPRESAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Federal do Rio de Janeiro, como
requisito parcial para a obtenção do título de
graduado em Ciências Contábeis.

Aprovado em: __/__/____

BANCA EXAMINADORA

Prof^(a). Titulação Nome do Professor(a)

Prof^(a). Titulação Nome do Professor(a)

Prof^(a). Titulação Nome do Professor(a)

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, por ser essencial em minha vida, autor de meu destino, meu guia, socorro presente na hora da angústia, ao meu pai Luiz, minha mãe Suzana e ao meu irmão Diego.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente à Deus, que me deu energia e entendimento par concluir todo este trabalho, assim como todo o período dentro da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Agradeço aos meus pais e irmão que me incentivaram e apoiaram durante todo o período que estive na faculdade.

Aos meus amigos Daniel Neves e Jonatas Quintão, que estiveram do meu lado desde o primeiro dia de aula e tiveram grande participação para que eu chegasse a este momento.

Enfim, agradeço a todas as pessoas que fizeram parte dessa etapa decisiva em minha vida, tanto nos momentos bons quanto nos momentos ruins.

RESUMO

O presente estudo analisa como o fluxo de caixa é essencial na contabilidade gerencial de empresas, pois, possibilita a visualização e compreensão das movimentações financeiras num período preestabelecido. Quanto aos objetivos o presente estudo pretende demonstrar como o fluxo de caixa é importante dentro das empresas a partir de uma revisão bibliográfica. O presente trabalho tem por objetivo específico conceituar contabilidade, apresentar e conceituar as demonstrações contábeis e descobrir como se dá o processo de controle do fluxo de caixa dentro das empresas para podermos compreender as maiores problemáticas que as mesmas encontram ao longo deste processo, para assim poder propor formas de implantar o controle do mesmo dentro das empresas de forma mais eficiente e proveitosa para as mesmas. Quanto à metodologia o trabalho em mãos faz a opção pela revisão bibliográfica e o uso do método dedutivo.

Palavras-chave: Controle. Fluxo de Caixa. Empresas.

ABSTRACT

This study analyzes how the cash flow is essential in the management accounting of companies, as it enables the visualization and understanding of financial transactions in a pre-established period. As for the objectives, this study intends to demonstrate how cash flow is important within companies from a literature review. The present work has the specific objective of conceptualizing accounting, presenting and conceptualizing the financial statements and discovering how the cash flow control process takes place within companies, so that we can understand the biggest problems they encounter throughout this process, so that they can propose ways to implement its control within companies in a more efficient and beneficial way for them. As for the methodology, the work in hand opts for the literature review and the use of the deductive method.

Keywords: Control. Flow. Box. Companies.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

1 A CONTABILIDADE

2 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

2.1 Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados

2.2. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

2.3 Demonstração dos Fluxos de Caixa

3 UM BREVE ESTUDO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

4 FLUXO DE CAIXA NO PLANEJAMENTO FINANCEIRO

4.1 Fluxo de caixa descontado

4.2 Fluxo de caixa livre

4.3 Fluxo de caixa operacional

5 ACOMPANHAMENTO E ELABORAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

5.1 Fluxo de Caixa pelo Método Direto e Método Indireto

5.1.1 Fluxo de Caixa Pelo Método Direto

5.1.2 Fluxo de Caixa Pelo Método Indireto

5.2 Geração Interna de Caixa

6 OS BENEFÍCIOS DO CONTROLE DO FLUXO DE CAIXA PARA EMPRESAS

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS

INTRODUÇÃO

O presente estudo analisa como a gestão do fluxo de caixa é essencial na contabilidade gerencial de empresas, pois, possibilita a visualização e compreensão das movimentações financeiras num período preestabelecido.

A Análise das Demonstrações Contábeis aponta a trajetória econômica, onde revela os métodos, sua validade, confiabilidade, extensão e profundidade de qualquer entidade. A ideia inicial nos leva a fundamentação da elaboração desses processos e registros baseados nos Princípios Fundamentais de Contabilidade, trazendo resultados oportunos, agregando valores às empresas que as desenvolvem no decorrer do exercício, respeitando a Entidade, a Continuidade, a Oportunidade, o Registro pelo Valor Original, a Atualização Monetária, a Prudência e, principalmente, a Competência e entre tantos outros requisitos estabelecidos pela Resolução nº. 1.374 de 2011 do Conselho Federal de Contabilidade, em observância da repercussão gerada na evidenciação e elucidação do Ativo, Passivo e Despesas.

O **Fluxo de caixa** é um instrumento gerencial que controla e informa todas as movimentações financeiras, sendo as entradas e saídas de valores, de um dado período que, pode ser diário, semanal, mensal, anual e assim progressivamente. É composto dos dados obtidos dos controles de contas a pagar, contas a receber, de vendas, de despesas, de saldos de aplicações, e de todos os demais elementos que representem as movimentações de recursos financeiros da empresa. Ao analisar o fluxo de caixa, se o saldo for negativo significa que a empresa tem gastos a mais, neste caso, o gestor terá que rever os gastos para conseguir aumentar a entrada de dinheiro. Por outro lado, um saldo for positivo indica que a empresa está conseguindo pagar as suas obrigações e ter disponibilidade financeira. O fluxo de caixa é um recurso fundamental para os gestores saberem com precisão qual a situação financeira da empresa e, com base no resultado, decidir os caminhos a seguir.

O fluxo de caixa pode ser feito no formato de planilha (um modelo para fazer o fluxo de caixa), sendo que muitas planilhas se encontram disponível *online*. Muitas empresas efetuam esse controle financeiro com a ajuda de alguns programas informáticos como o Microsoft Office Excel. Os procedimentos do seguinte trabalho serão baseados em levantamento de autores e revisão bibliográfica sobre fluxo de caixa, DRE, e a importância das mesmas dentro das empresas e no ramo de prestação de serviços.

Quanto aos objetivos o presente estudo pretende demonstrar como o fluxo de caixa é importante dentro das empresas a partir de uma revisão bibliográfica.

O presente trabalho tem por objetivo específico

- Conceituar contabilidade.
- Apresentar e conceituar as demonstrações contábeis
- Descobrir como se dá o processo de controle do fluxo de caixa dentro das empresas para podermos compreender as maiores problemáticas que as mesmas encontram ao longo deste processo, para assim poder propor formas de implantar o controle do mesmo dentro das empresas de forma mais eficiente e proveitosa para as mesmas.

Quanto à metodologia o trabalho em mãos faz a opção pela revisão bibliográfica e o uso do método dedutivo. Esta opção se justifica porque o método escolhido permite a aplicação de processos e procedimentos preestabelecidos na área da contabilidade, e que, por diversas vezes, se mostraram mais do que eficientes, trazendo a análise geral dos dados e resultados para uma mensuração individual, validando as práticas contábeis definidas e regidas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

A pesquisa utilizar-se-á de todas as informações obtidas no site da entidade que justificam e sustentam os objetivos específicos deste trabalho, fazendo análises e a aplicação das ferramentas conhecidas e registradas na área de atuação da contabilidade. Estas ferramentas irão validar a real situação econômica e financeira da empresa. O material documentado, bem como, as respectivas análises, será organizado em relatório de pesquisa, como componente do estudo monográfico que se pretende construir.

Assim, no presente estudo, no primeiro capítulo pretende mostrar sobre a técnica contábil fazendo a fundamentação teórica do tema. No segundo capítulo se vai tratar das da DRE.

No terceiro capítulo se especifica como se dá o fluxo de caixa para o planejamento financeiro e estratégico de uma empresa, utilizando-se de autores e publicações na área, e explicitando as diversas formas de utilização de um fluxo de caixa dentro de uma organização.

Em seguida, no último capítulo do presente trabalho, pretende-se demonstrar os benefícios gerados na tomada de decisões para o planejamento financeiro de pequenas e médias empresas, utilizando-se de exemplos e casos, assim como verificar vários conceitos de autores sobre o fluxo de caixa e DRE, analisando as vantagens e desvantagens, procurando demonstrar um planejamento para um controle eficiente de um fluxo de caixa e analisar vários trabalhos acadêmicos em cima desta área e qual suas opiniões a respeito deste assunto.

1 A CONTABILIDADE

Há muito tempo o homem com sua evolução natural vem cada vez mais procurando maneiras de adotar métodos técnicos e padronizados que possam apontar a mensuração de suas riquezas e seus recursos, de forma íntegra e de fácil compreensão para as pessoas que possam fazer uso dessas informações para suas tomadas de decisões. Diante desse modelo comportamental e da necessidade de verificar, justificar e equilibrar condições patrimoniais, financeiras e econômicas de toda uma sociedade e seus respectivos governos veio a ratificar a importância da Contabilidade, na qualidade de ciência social, na vida dos seres humanos que vive em constante crescimento e evolução.

A Contabilidade nos dias de hoje registra pontos importantes a vários grupos de pessoas, que podem através dos subsídios por ela fornecidos, adotar decisões de equiparações, investimentos, ascensão comercial e, ainda, vislumbrar a probabilidade de falência de uma entidade. Considerando os tais elementos, concluímos que tanto para sócios, acionistas, administradores, diretores, executivos, bancos, investidores, governos e tantos outros, podem fazer uso adequado e transparente de suas competências para com as entidades que seguem as práticas contábeis que se dissipam até internacionalmente, fazendo com que o mundo enxerga os resultados de tudo aquilo que é gerado e que pode influenciar positiva ou negativamente a economia de um país.

O profissional Contador, através de sua formação específica e qualificada, irá participar e desenvolver através dos relatórios contábeis critérios necessários de uma entidade como o seu planejamento, controle e o auxílio nos processos decisórios, podendo também através desses demonstrar o uso de tais relatórios como meio de comunicação, motivação e de verificação para aqueles que necessitem analisar os resultados obtidos.

Tendo como objetivo o patrimônio administrável e em constante alteração, a finalidade da contabilidade é controlar o patrimônio fornecendo informações a quem dela necessitar. Atualmente as finalidades da contabilidade são reunidas em finalidade de planejamento e finalidade de controle. Para o planejamento é necessário adotar, dentre diversos outros possíveis, um modelo de ações. A informação contábil pode ser um forte suporte para o planejamento e, mais ainda, quando estabelecendo padrões, torna claras as situações futuras. O controle, por sua vez, é a análise da obediência das definições adotadas na organização. A informação contábil apresenta-se como o indicador da situação patrimonial tornando possível a verificação do desempenho da organização em atingir as metas traçadas. (GONÇALVES, 2004).

A contabilidade pode ser entendida sob enfoques particulares segundo o modelo a ser utilizado. Dessa forma os conjuntos ou especializações referentes à contabilidade gerencial devem ser estudados sob o prisma da especificidade, isso se traduz na justificativa adotada pelas organizações com relação aos interesses dos usuários (MARTINS, 2005). Através do sistema contábil a empresa é capaz de cumprir todas as exigências dispostas em lei, previstas na contabilidade geral e financeira. A contabilidade geral visa demonstrar as organizações os ganhos e perdas com relação a produção de bens e serviços. (BURNS & SCAPENS, 2000)

A contabilidade é a ciência que estuda e pratica as funções de orientações, de controle e de registro relativos aos atos e fator da administração econômica. Através de suas funções, controle e registro, ela alcança sua finalidade que é de orientar o administrador sobre as alterações ocorridas no Patrimônio, geradas pela sua atuação e controlar o movimento de todas as alterações através de registro próprios e sistematizados que chamamos de escrituração. (BURNS & SCAPENS, 2000)

A Contabilidade tem o objetivo de preparar relatórios para os administradores ou a terceiros (Fornecedores, bancos ou autoridades fiscais), com a finalidade de ajudar na análise e nas decisões da empresa, seja ela com ou sem fins lucrativos. Além disso ela tem o papel fundamental de suprir as necessidades de informações para a gestão empresarial, através disso tem surgido no campo teórico e prático da contabilidade, novas abordagens para a gestão de custos em várias organizações. (BURNS & SCAPENS, 2000)

A veracidade das informações e a sua adequada escrituração é a parte principal de todo esse processo, pois as análises serão resultantes das informações que dali serão extraídas, um exemplo clássico é o governo, que com esses dados poderá tributar de forma adequada e como determinada a legislação específica.

Em meados de 2005, vários profissionais atuantes nessa área se uniram na finalidade de constituírem o CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e que, através dele são reconhecidas as regras que internacionalmente são aplicadas em todo mundo, o que de certa forma aproximasse de uma padronização de procedimentos, permitindo que pessoas de outros países possam avaliar relatórios contábeis de qualquer lugar do mundo.

O Brasil passou a adotar as Normas Internacionais de Contabilidade, mais conhecidas como *International Financial Reporting Standards* (IFRS), a partir de 2008, com a publicação da lei nº 11.638/2007. A principal inovação trazida por esse processo de convergência às normas internacionais é que a prática contábil brasileira passa a ser baseada na interpretação dos pronunciamentos do CPC do que na simples aplicação de regras nacionais, como era feito a pouco tempo atrás. Isso traz implicações relevantes para a qualidade da informação contábil

tanto para os profissionais da contabilidade, quanto para outros profissionais que utilizam essa informação, como os investidores e analistas do mercado financeiro (ANTUNES; GRECCO; FORMIGONI; NETO, 2012, p. 5).

O principal objetivo da Consolidação das Demonstrações Financeiras é mostrar a real situação de um determinado grupo econômico, pois somente por meio dessa técnica é que realmente iremos conhecer a real situação Patrimonial desse grupo econômico.

De acordo com o SANTOS; SCHIMIDT; FERNANDES (2013, p.742):

O objetivo da consolidação é apresentar aos usuários da informação contábil, principalmente acionistas e credores, os resultados das operações e a posição financeira da sociedade controladora e de suas controladas, como se o grupo econômico fosse uma única entidade. Isso permite uma visão mais geral e abrangente e melhor compreensão do que inúmeros balanços isolados de cada empresa do grupo.

Constata-se a importância da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, a fim de que se possa fornecer informação mais relevante para os usuários das demonstrações financeiras, finalidade primordial da contabilidade, bem como evitar viés na informação em decorrência das possíveis manipulações dos resultados das empresas analisadas individualmente em função basicamente das operações realizadas entre as companhias de um mesmo grupo econômico, que possibilitam a transferência de resultados de uma entidade para outra (SANTOS; SCHIMIDT; FERNANDES, 2012, p.133)

No mercado globalizado é necessário que todos os órgãos contábeis estejam padronizados e harmônicos. O objetivo principal sobre a harmonização das normas de contabilidade são os relatórios financeiros. Os usuários dessas informações necessitam de normas contábeis globais e o mais rápido possível. Cada vez mais os contadores e participantes do mercado de capitais apoiam a criação de normas de contabilidade para ser utilizado de forma mundial, a fim de produzir informações compatíveis. Dessa forma, o processo internacional de harmonização das normas contábeis é preciso para melhorar e aumentar a transparência das informações divulgadas aos diversos mercados financeiros, reduzir custos de elaboração, auditoria, facilitar e simplificar o processo de consolidação das demonstrações financeiras, além de melhorar a comunicação da empresa com investidores nacionais e estrangeiros (PADOVEZE; BENEDICTO; LEITE, 2012, p. 9).

Devido ao processo de globalização, surgiu uma necessidade de definir um padrão e harmonia nos critérios contábeis que são utilizados no mundo e de ser apresentados demonstrações contábeis com mais clareza. Diante disto, diversos países se reuniram e aceitaram a ideia de que deveriam modificar a forma que eram tratadas as normas contábeis e

como essas são aplicadas na sociedade, tornando-as compatíveis com o propósito de que todos os usuários compreendam os demonstrativos. (PEREZ JUNIOR, 2009, P.6)

Para melhor entendimento dos conceitos de padronização e harmonização, Perez Junior (2009, p.4) apresenta os seguintes conceitos:

Padronização – Consiste na adoção de regras mais rígidas, sem flexibilização. Caso o processo mundial fosse de padronização, as normas internacionais deveriam ser traduzidas e aplicadas sem qualquer ajuste. O padrão escolhido como referência para a harmonização mundial das demonstrações contábeis são as normas IAS/IFRS publicadas pelo IASB.

Harmonização – Busca amenizar as diferenças internacionais. Este é o processo que está sendo aplicado. Os pronunciamentos internacionais são traduzidos e adaptados às características de cada país, sem, entretanto, perder as características básicas de cada pronunciamento (grifo do autor).

Enquanto a padronização busca igualar as informações e não permite que seus conceitos sejam flexíveis, a harmonização procura aproximar e possibilitar que cada país adapte seus sistemas contábeis a fim de proporcionar uma melhoria na troca de informações.

O Brasil iniciou o processo de convergência com o intuito de simplificar a conversão de demonstrações contábeis de uma moeda para outra, pois assim não será necessário efetuar ajustes de princípios e critérios contábeis de um país para outro (PEREZ JUNIOR, 2009, p. 4).

Tratando-se de normas contábeis, é importante frisar que há vantagens, desvantagens e obstáculos mesmo que pareça ser favorável a todos os usuários.

Segundo Niyama e Silva (2011), as vantagens da padronização são: “A assimetria da informação que ajuda a explicar a busca pela padronização; Decorrer da característica da informação como bem econômico; Reduzir ou eliminar a incerteza para a análise de uma organização; Reduzir fraudes e falhas no mercado; Redução de custo em determinadas atividades; Aumento da objetividade na identificação de uma informação; Diminuição da adoção de posturas contrárias aos interesses do mercado.

Ainda segundo Niyama e Silva (2011), as desvantagens são: Os custos diretos ou indiretos envolvidos na regulamentação; Transferência de riqueza entre os usuários da informação; Dificuldade operacional para adotar a padronização; Efeitos sobre as decisões; A regulamentação pode ser injusta ao criar obrigações para organizações de portes distintos.

Para Bueno e Lopes (2005, p. 15-16) as vantagens podem ser citadas como:

Possibilidade que investidores e analistas entendam as demonstrações contábeis de empresas estrangeiras, as quais estariam interessados em investir, eliminando

barreiras que dificultam os fluxos monetários de circularem com maior fluidez pelo mundo, sendo eles de investimentos ou financiamentos;
 O não aumento de custos de elaboração de demonstrações financeiras adaptadas às práticas contábeis do país, no qual a empresa deseja buscar financiamentos;
 Simplificação das tarefas relacionadas à consolidação de demonstrações contábeis de filiais espalhadas por diversos países, tornando assim, seus gestores muito mais homogêneos;
 Simplificação e melhora dos trabalhos de auditoria;
 Facilita os trabalhos dos fiscos nacionais, com relação as empresas estrangeiras, através da uniformização da mensuração dos lucros tributáveis (reconhecimento de receitas e despesas);
 Comparabilidade da situação competitiva de uma empresa no âmbito internacional, uma vez que seria mais simples a identificação da posição estratégica que ocupa em seu setor econômico;
 Existência de um sistema contábil homogêneo a nível internacional que serviria como base para o desenvolvimento de sistemas contábeis nacionais próprios àqueles países que ainda não têm um sistema contábil desenvolvido.

Já para Weffort (2005, p.67-68) as desvantagens são as seguintes:

A adoção das normas internacionais localmente pode não resultar em harmonização efetiva das práticas contábeis dos países, especialmente porque são desconsideradas as diferenças nacionais como sistemas jurídicos, estágio de desenvolvimento econômico e aspectos culturais, entre outros;
 Sempre há um custo para os países, decorrentes de adoção das normas internacionais;
 Pode servir como um meio de imposição da vontade dos países economicamente desenvolvidos sobre aqueles em desenvolvimento.

Para Bueno e Lopes (2005, p.17-19), podem ser consideradas desvantagens:

O processo não é prático e nem fielmente avaliável, considerando que tanto investidores quanto emissores de títulos são capazes de tomar decisões sem necessidade de disporem de normas contábeis comuns a nível internacional;
 Trata-se de um processo político, cuja função primordial reside em harmonizar os interesses das partes afetadas;
 A resistência à perda da soberania nacional em matéria contábil;
 Excesso de flexibilidade ou exceções em temas controversos, especialmente entre os países líderes.

Dessa forma, pode-se afirmar que a padronização é de fato necessária, pois a globalização da economia e o desenvolvimento de grupos multinacionais empresariais foram os fatores principais para a criação de um padrão único e internacional de contabilidade, com a finalidade de facilitar o processo da análise de consolidação e investimentos de empresas de países distintos (PEREZ JUNIOR, 2009, p.01).

2 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Conforme regulado no artigo 187 da Lei 6.404/76, o profissional Contador deve elaborar a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), esse demonstrativo faz uma junção das diversas operações e atividades financeiras da entidade apontando o resultado de um determinado período, geralmente, 12 (doze) meses. Através dele acionistas sabem dos resultados das operações, os bancos podem avaliar possíveis pedidos de financiamentos, investidores avaliam sua aplicação de recursos e, ainda, a própria entidade pode mensurar sua eficiência.

Para tanto, existe o devido formato a ser seguido constando nome ou denominação da empresa, nome da demonstração e o período a que compreende, divergindo do Balanço Patrimonial em que se discrimina a data de apuração.

Não podemos deixar de mencionar que para uma melhor e mais profunda avaliação, por vezes, é necessária uma composição de diversos relatórios, demonstrativos e balanços contábeis, todos devidamente elaborados por um Contador qualificado, pois a veracidade nas informações, transparência e o apreço pelos princípios contábeis são de suma importância.

2.1 Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados

Conforme regulado no § 2º artigo 186 da Lei 6.404/76, o profissional Contador deve elaborar a Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados na finalidade de evidenciar toda alteração e a destinação dos recursos da conta Lucros ou Prejuízos acumulados, mesmo sendo facultativa a algumas entidades, é por meio dela que se verifica o Lucro ou Prejuízo anual e conseqüentemente o desempenho, períodos de maior ou menor lucro e se é viável ampliação ou outros investimentos para a entidade.

Cabe salientar, que algumas alterações do modo contábil da apuração ou retificação de erro imputável a exercício anterior devem ser lançadas, porém especificados nas Notas Explicativas.

Na figura 2 podemos observar a estrutura da Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados.

2.2. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Conforme regulado no parágrafo 2º artigo 186 da Lei 6.404/76, o profissional Contador deve elaborar a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, que é facultada a algumas empresas, fazendo a exposição de todas as contas do Patrimônio Líquido, apontando não só o saldo inicial e final como a Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados, mas sim de forma analítica de cada conta por meio da ficha razão, ficando visíveis as operações, suas causas e efeitos em todas as contas.

Quando elaborada esse tipo de demonstração a entidade fica desobrigada de apresentar a Demonstração de Lucros ou Prejuízos acumulados, já que por ser mais detalhada e conter melhores subsídios acaba substituído de forma eficaz.

2.3 Demonstração dos Fluxos de Caixa

Conforme regulado pela Lei 11.638/2007 e a deliberação CVM 547/2008 (Pronunciamento Técnico 03) a Demonstração dos Fluxos de Caixa deve ser elaborada pelo profissional Contador, pois ela em conjunto de outros demonstrativos irá apontar a tendência da entidade de gerar fluxos de caixa líquidos, bem como concretizar a sua distribuição de lucros.

De uma maneira geral, a Demonstração dos Fluxos de Caixa mostra a entrada e saída de dinheiro do Caixa da empresa, de qualquer tipo de transação, serve para equiparações do valor presente e futuro com outras empresas, viabiliza o desempenho operacional, é um indicador de período e certeza de fluxos futuros de caixa, auxilia na avaliação de investimentos e, principalmente, serve de base para um melhor planejamento financeiro para que se evite a situações de iliquidez.

A sua estrutura segue representada na figura abaixo na modalidade Direto e Indireto.

Figura 1- Demonstração dos Fluxos de Caixa DIRETO

xxx DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE X2 Em \$ mil	
Atividades Operacionais	
Recebimentos de clientes	
Pagamentos a fornecedores de estoques	
Pagamentos de impostos sobre vendas	
Pagamentos de despesas com vendas e administrativas	
Pagamentos de despesas financeiras	
Recebimentos de receitas financeiras	

Dividendos recebidos de sociedades investidas	
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Atividades de Investimentos	
Alienação de investimentos	
Alienação de ativos imobilizados	
Aquisição de investimentos	
Aquisições de ativos imobilizados	
Empréstimos concedidos	
Recebimentos de empréstimos concedidos	
Aplicação em renda fixa e variável	
Recebimentos de aplicações em renda fixa e variável	
Fluxos de caixa das atividades de investimentos	
Atividades de Financiamentos	
Recebimentos de empréstimos e financiamentos	
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	
Recebimentos de integralização de capital	
Dividendos pagos	
Compra de ações em tesouraria	
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	
Fluxos de caixas das atividades	
Caixa no fim do período	
Caixa no início do período	
Aumento líquido de caixa	

Fonte: Autor. 2021.

Figura 2- Demonstração dos Fluxos de Caixa INDIRETO

xxx	
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA -	
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE X2	
Em \$ mil	
Atividades Operacionais	
Lucro líquido do exercício	
Aumento/Diminuição de itens que não afetam o caixa	
Depreciação e amortização	
Resultado de equivalência patrimonial	
Dividendos recebidos de empresas investidas	
Lucro na venda de investimentos	
Lucro na venda de ativo imobilizado	

Aumento de contas a receber de clientes	
Aumento dos estoques	
Aumento de fornecedores de estoques	
Aumento de contas a pagar	
Aumento de impostos sobre vendas	
Aumento de impostos sobre lucro	
Aumento de despesas antecipadas	
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Atividades de Investimentos	
Alienação de investimentos	
Alienação de ativos imobilizados	
Aquisição de investimentos	
Aquisições de ativos imobilizados	
Empréstimos concedidos	
Recebimentos de empréstimos concedidos	
Aplicação em renda fixa e variável	
Recebimentos de aplicações em renda fixa e variável	
Fluxos de caixa das atividades de investimentos	
Atividades de Financiamentos:	
Recebimentos de empréstimos e financiamentos	
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	
Recebimentos de integralização de capital	
Dividendos pagos	
Compra de ações em tesouraria	
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	
Fluxos de caixas das atividades	
Caixa no fim do período	
Caixa no início do período	
Aumento líquido de caixa	

Fonte: Autor. 2021.

3 AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As análises das demonstrações contábeis como vimos nos exemplos dados, têm a finalidade de demonstrar de forma detalhada a situação econômica financeira e patrimonial de determinada entidade, as análises das demonstrações não são exigidas por lei. Sendo que a sua elaboração decorre da necessidade de informações mais detalhadas sobre a situação do patrimônio e de suas variações, informações estas que serão utilizadas pelos administradores, acionistas, investidores, credores, bancos, etc. para tomada de decisões. A combinação do conhecimento explícito e tácito de um profissional Contador e a sistematização das informações obtidas através da administração e evolução de uma entidade enriquece a sociedade atual, provendo e gerando competências em largas escalas, elevando o nível da Contabilidade Brasileira e sua afirmação quanto a sua relevância no desenvolvimento social e humano voltado aos fins econômicos e financeiros.

O ser humano por si só almeja no mínimo uma riqueza equilibrada, acessível e de fácil entendimento, então eis aí o momento oportuno da aplicação das práticas contábeis e dentre elas ressaltamos uma técnica muito conhecida, obrigatoriamente aplicada e amplamente divulgada aos interessados, que podem ser desde investidores ao governo, esse pelo interesse de tributar, de acompanhar e para que se evitem monopólios e que reja o equilíbrio econômico de toda uma sociedade. (ASSAF NETO, 2020).

As demonstrações contábeis mostram os valores monetários de uma empresa em um determinado momento, pois ele visa em geral o retrato da empresa, como análise de despesas e receitas, e através destas análises, podemos verificar onde, como e quando tomar certas decisões para que a empresa cresça, melhore sua rentabilidade, ou até mesmo consiga sair da crise através de uma boa análise. (ASSAF NETO, 2020).

Com análise nas demonstrações pode-se fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o resultado e o fluxo financeiro de uma empresa, que são úteis para variedade de usuários na tomada de decisões. Também é possível realizar o levantamento dos resultados pela administração dos recursos que são confiados.

Com o intuito de que sejamos capazes de estudar um assunto e alcançar quaisquer conclusões é preciso ter o conhecimento do tema por meio dos pesquisadores que já o estudaram, procurando dentro da delimitação do trabalho trazer alguma contribuição para este tema.

Na concepção de Iudícibus (2017, p. 24), o sistema de informações contábeis transita através destas etapas:

- Fase de Coleta dos Dados
- Fase de Ajustes
- Saídas do Sistema.

Esta última fase é de particular interesse para as nossas finalidades. As saídas do sistema contábil podem ser classificadas em quatro categorias:

1. Relatórios sobre a posição financeira em determinado momento (Exemplo: Balanço Patrimonial).
2. Relatórios sobre mudanças (Fluxos) durante determinado período (Demonstrativo de Fluxos).
 - 2.1. Demonstração de Resultados.
 - 2.2. Demonstração de Fontes e Usos de Capital de Giro Líquido (Origens e Aplicações de Recursos).
 - 2.3. Demonstrações de Fluxos de Caixa.
3. Dados para planejamento e controle de lucro, principalmente dados e relatórios de lançamento, de experiência real em comparação com previsões de orçamento.
4. Dados para estudos especiais que podem ser necessários a decisões relativas a investimentos de capital, combinação de produtos etc.

Já os estudos de Franco (1992, p. 19) apontam que o real objetivo da Contabilidade é *“estudar e controlar o patrimônio das entidades, para fornecer informações sobre sua composição e suas variações”*. Não é em todas as ocasiões que as Demonstrações Contábeis alcançam os seus objetivos informativos a que são destinadas.

Os inúmeros indivíduos que utilizam as informações contábeis fazem uso da análise das Demonstrações Contábeis para entender mais adequadamente a situação econômico-financeira das organizações. É o mais profundo o interesse dos usuários que resulta no bom desenvolvimento da análise dos demonstrativos contábeis. Os dizeres de Iudícibus (2017, p. 19) evidenciam que o:

Surgimento dos bancos governamentais de desenvolvimento, regionais ou nacionais, em vários países, deu grande desenvolvimento à análise de balanços, pois tais entidades normalmente exigem, como parte do projeto de financiamento, uma completa análise econômico-financeira.

A relevância de se analisar não fica somente evidente nos bancos, mas também pelos investidores. Ainda se fundamentando nos estudos de Iudícibus (2017, p. 19) podemos observar que:

O relacionamento entre os vários itens do balanço e das demais peças contábeis publicadas também é de grande interesse para os investidores, de maneira geral. Numa economia de mercado bastante desenvolvida, uma razoável parcela dos motivos que levam o investidor a adquirir ações da empresa A e/ou da empresa B reside nos resultados da análise realizada com relação aos balanços das empresas, demais peças contábeis e avaliação das perspectivas do empreendimento.

A indispensabilidade de se criar as demonstrações contábeis resulta não simplesmente de tomar conhecimento para objetivos internos e gerenciais, mas também por exigências legais. Os dizeres da Lei 6404/76, estipulam em seu artigo 176 o seguinte:

176. Ao fim de cada exercício social, a diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da companhia, as seguintes demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mutações ocorridas no exercício:

I - balanço patrimonial;

II - demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados;

III - demonstração do resultado do exercício; e

IV - demonstração das origens e aplicações de recursos (BRASIL, 1976).

As palavras de Franco (1992, p. 20) agregam ainda dizendo que a “*Contabilidade utiliza-se de outra técnica especializada, chamada genericamente de Análise de Balanços, que, utilizando métodos e processos específicos*” e é capaz de decompor, comparar e interpretar seu conteúdo, proporcionando vários dados aos administradores, credores e qualquer outro interessado.

Entre os procedimentos mais usados pela Contabilidade para alcançar os seus objetivos, assim como Franco (1992) evidencia, são o registro dos fatos (escrituração), a demonstração expositiva dos fatos (demonstrações contábeis), a confirmação dos registros e demonstrações contábeis (auditoria) e a análise e interpretação das demonstrações contábeis (análise de balanços). O mesmo autor (1992, p. 24) continua lecionando com a definição da Análise das Demonstrações Contábeis da seguinte maneira:

A apreciação dos componentes patrimoniais, enquanto partes do conjunto, com relação à natureza, valor e proporcionalidade, as conclusões de natureza patrimonial, administrativa, econômica ou financeira, tiradas das comparações entre grupos homogêneos de um conjunto patrimonial, ou entre eles e grupos de outros conjuntos, é a matéria estudada sob a denominação de Interpretação das Demonstrações Contábeis.

Com o objetivo de possuir o conhecimento sobre a Análise de Balanço, os dizeres de Franco (1992) explanam que balanço remete a ideia de equação, equilíbrio, igualdade. A exposição dos elementos patrimoniais possui esta denominação porque acaba sendo apresentada no formato equacional e deixa claro o equilíbrio e a igualdade que existe entre os componentes positivos e negativos. Para uma adequada classificação nesta equação o mesmo autor menciona o art. 178 da Lei 6404/76, a qual determina a composição das contas do ativo e passivo.

As contas do ativo, considerando a ordem de liquidez, são estas:

- Ativo Circulante;
- Ativo Realizável à Longo Prazo;
- Ativo Permanente, que se divide em Investimento, Imobilizado e Diferido.

As contas do passivo, considerando a ordem de exigibilidade, são estas:

- Passivo Circulante;
- Passivo Exigível à Longo Prazo;
- Patrimônio Líquido, que se divide em Capital Social e Reservas de Capital. (ASSAF NETO, 2020).

Neste caso, o Balanço Patrimonial apresenta todos os bens e direitos, tal como as obrigações em datas determinadas. Na concepção de Matarazzo (2010), o Ativo evidencia o que há de concreto na organização, todos os bens e direitos precisam possuir comprovantes documentais, exceto as despesas antecipadas e as diferidas. O Passivo exigível e o Patrimônio Líquido evidenciam a natureza dos recursos que estão investidos no Ativo.

Nesta perspectiva, a Demonstração do Resultado do Exercício é uma demonstração das elevações e diminuições apresentados pelo Patrimônio Líquido através das operações desta organização. Todas as receitas e despesas podem ser encontradas na DRE, se embasando em uma forma de apresentação que as ordena de acordo com a sua natureza, proporcionando informações muito importantes sobre a organização (Matarazzo 2010).

Caso o Balanço Patrimonial apresente as contas em seu formato estático, a Demonstração do Resultado do Exercício apresenta o resultado econômico da organização no decorrer do período sob análise. O resultado econômico, se fundamentando em Franco (1992), compreende-se pelo o que se origina das variações aumentativas e diminutivas da situação líquida do patrimônio. Sendo então positiva no instante em que o ativo é mais elevado do que o passivo, e negativa quando a ocasião é inversa. A primeira representa a situação normal em uma organização que possui fins lucrativos, sendo assim, mais comum. Para a administração da organização é de extrema relevância possuir o conhecimento da natureza das receitas e despesas que auxiliaram para o resultado.

Se fundamentando nas informações da FIPECAFI (2000), a Demonstração do Resultado do Exercício proporciona os dados básicos para a elaboração do resultado (lucro ou prejuízo) do exercício. São proporcionadas as informações de maneira a tornar mais fáceis as análises pelos usuários e fazer com que a Demonstração de resultado seja mais correta possível. Os elementos são dispostos nos seguintes grupos de contas:

- I – Receita Bruta de Vendas e Serviço.
- II – Deduções da receita Bruta.
- III – Receita Líquida de Vendas e Serviços.
- IV – Custo dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados.
- V – Lucro Bruto.
- VI – Despesas Operacionais:
 - a) De Vendas;
 - b) Administrativas;
 - c) Encargos Financeiros Líquidos;
 - d) Outras Receitas e Despesas Operacionais.
- VII – Resultado (Lucro/prejuízo) Operacional.
- VIII – Resultados Não Operacionais.
- IX – Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social e Participações.
- X – Provisão Para Imposto de Renda e Contribuição Social.
- XI – Participações e Contribuições.
- XII – Resultado (Lucro/Prejuízo) do Exercício.

Segundo os estudos de Matarazzo (2010), a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos apresenta as novas origens e aplicações averiguadas no decorrer do exercício, entretanto não evidenciam a totalidade das novas origens e aplicações, mas somente aquelas que aconteceram nos itens não circulantes do balanço. Sendo assim, a DOAR deixa bem clara a variação do Capital Circulante Líquido.

Já as palavras de Blatt (2001, p. 40) lecionam que a *“DOAR, possui extrema importância, pois mostra a capacidade que a empresa possui de produzir recursos financeiros e de que forma os administradores os estão aplicando”*.

Para a elaboração de uma Demonstração Contábil devemos dar o fiel cumprimento das normas que norteiam os procedimentos, as ações e outras atribuições, tendo como base a transparência e a legalidade dos registros e informações expressas, enfatizando os princípios contábeis e sua importância nas práticas contábeis, pois todo e qualquer registro deve respeitar as regras ali impostas e praticadas internacionalmente. (ASSAF NETO, 2020).

O parâmetro estabelecido por tais princípios corrobora para a mensuração dos resultados, tendo sido adotado por padrão na praticabilidade de uma forma geral na administração de uma empresa, sendo assim realçamos os seguintes:

- Entidade;

- Continuidade;
- Oportunidade;
- Registro pelo Valor Original;
- Competência; e
- Prudência. (ASSAF NETO, 2020).

Esses princípios se concretizam e interferem na composição da Demonstração do Resultado do Exercício, são eles que tornam os resultados confiáveis e compreensíveis àqueles que se interessa por diversos motivos para o que ali resta apurado. Considerando o Princípio da Entidade, podemos dizer que trata do reconhecimento da existência de uma pessoa jurídica ou pessoa física como empresa, gerador de recursos econômicos e organizacionais, separando o “dono” do comércio, por exemplo, na finalidade de se distinguir as despesas pessoais com a da empresa. Considerando o Princípio da Continuidade, salienta-se o vislumbre da existência da empresa por tempo indeterminado, salvo exceções, ou seja, criasse uma entidade no intuito que sua permanência e evolução sejam constantes. Considerando o Princípio do Registro Pelo Valor Original, é o registro das operações externas pelo seu valor original e expresso em valor presente na moeda do país. Considerando o Princípio da Competência, é aquele que deve ser aplicado no registro das operações no período em que realmente ocorreram, dispensando a data de recebimento e pagamento, gerando assim maior confiabilidade em futuras projeções. Considerando o Princípio da Prudência, é aquele que faz com que o “ar da dúvida” resulte em menor alteração, ou seja, quando a apuração não apresenta meios de consistência devemos utilizar o menor valor para o Ativo e o maior valor para o Passivo, podemos citar como exemplo uma projeção de ganhos futuros (Ativo) e a projeção de redução de encargos financeiros (Passivo). Por conseguinte, com todas essas informações se é possível elaborar a Demonstração do Resultado do Exercício - DRE, que nada mais é que uma técnica contábil, estrutura e regulada por força de Lei, utilizada para a compilação dos registros das operações de uma entidade resultando na apresentação do resultado líquido do exercício (lucro ou prejuízo), indicando a viabilidade de suas atividades ou a necessidade de alterações em seu modus operandi. (ASSAF NETO, 2020).

A interpretação desse demonstrativo deve conter a receita bruta das vendas e serviços, as deduções das vendas, os abatimentos e impostos, receita líquida, custo de mercadorias vendidas, serviços prestados e o lucro bruto, as despesas com vendas, despesas financeiras, despesas gerais e administrativas, outras despesas operacionais, lucro ou prejuízo operacional, outras receitas e despesas, o resultado do exercício antes do Imposto de Renda, provisão para o

Imposto de Renda, debêntures e outras participações e finalmente, o lucro ou prejuízo do exercício e o seu resultado por ação do capital social. (ASSAF NETO, 2020).

São tantos os propósitos para que outras entidades participem na vida de outras pessoas e empresas, devendo ser ressaltados aqui a promoção institucional, reconhecimento público, responsabilidade comunitária, incentivos fiscais, agregação de valor, credibilidade, entre tantos outros motivos, cabe aqui ser observado e explorado tudo o que essa ciência social, que é a Contabilidade e seus atributos traz para a nossa realidade atual, econômica e financeira, não só de uma única empresa, mas de outras que também podem ter seus processos praticados em qualquer entidade e nos oferecer resultados objetivos, qualitativos e quantitativos, numa forma clara, objetiva e concisa. (ASSAF NETO, 2020).

Todos esses adjetivos atribuídos à prática da ciência “Contabilidade” atraem diversos profissionais da área a se especializarem, dessa forma é possível observar as finalidades coletivas, individuais e as públicas, num contexto muito maior e intrínseco na realidade das evoluções econômicas e financeiras das diversas entidades e como podem atingir. (ASSAF NETO, 2020).

A utilização, reclassificação e reestruturação das Demonstrações Contábeis e suas aplicações tem como referencial teórico a finalidade de que não ocorra certa defasagem e que isso não obstrua a análise. Cada entidade tem um desenvolvimento condicionado ao seu setor de atuação, portanto existe a continuidade, porém numa constância diferenciada para cada uma, cabendo a elas a concordância ideal do autodomínio, certo comedimento.

Quando temos uma descrição correta dos valores absolutos originais iniciamos o procedimento da aplicação das técnicas de análise vertical e horizontal. Tal Análise Vertical de Balanços é obtida por percentuais que indica participação de contas no total do ativo, permitindo comparações. Por conseguinte, quando observadas elevadas aplicações de recursos no Ativo Circulante, significa que a entidade está numa condição conveniente.

No caso do Patrimônio Líquido, a situação teria que estar acima de 50% (cinquenta por cento) e o Passivo, deve ter um percentual reduzido ao máximo possível.

A significância das receitas, custos e despesas devem ser mensuradas na Demonstração do Resultado do Exercício, estando sempre com seus percentuais elevados, na finalidade de apontar indicativos de comodidade. Esse método que avalia a situação patrimonial faz comparações com o exercício anterior, indicando cada evolução de acordo com a conta ou o grupo delas.

Qualquer índice que aponte evolução nos bens, direitos e patrimônio líquido, torna a condição da entidade confortável. No entanto, ebulições nos ativos, passivos e patrimônio

líquido, podem ser analisados diretamente no saldo inicial com o saldo final, indicando mais uma origem de recursos. Quando o Ativo for maior que o Passivo a situação é asseverativa e quando for menor a situação sempre será contraproducente. Para Longo Prazo caberá à mensuração de valores não circulantes, também apontando as aplicações e as origens de recursos. Outros destaques serão considerados quando houver cálculos de coeficientes, quocientes ou índices, indicando proporções gerais. Existem outros entendimentos para esses indicadores, contudo ele leva em consideração o Capital Circulante Líquido, índice de Liquidez Corrente, Índice de Liquidez Seca e índice de Liquidez Geral. Após uma avaliação entre a condição de saldar as dívidas de uma entidade, vamos falar dos Indicadores de Endividamento, ou seja, as garantias que possam cobrir seus gastos.

Os indicadores acima citados são os mais usuais, contudo existem outros que também possuem seu alto valor de relevância, como a Alavancagem Financeira e Operacional.

4 FLUXO DE CAIXA NO PLANEJAMENTO FINANCEIRO

Para poder programar e, sobretudo manter um fluxo de caixa eficiente exige disciplina, inclusive com a manutenção de outros controles financeiros, como contas a receber, contas a pagar, estoques, portanto é melhor saber com antecedência e precisão sobre a situação financeira da empresa. (FREZATTI, 2014).

Essa ideia é ainda mais reforçada segundo a afirmação de Zdanowicz (2004, p. 21) que diz: “O fluxo de caixa é o instrumento que permite ao administrador financeiro: planejar, organizar, coordenar, dirigir e controlar os recursos financeiros de sua empresa para um determinado período”. De acordo com os objetivos do fluxo de caixa, Zdanowicz (1998, p. 38) também afirma que: “Um dos principais objetivos do fluxo de caixa é otimizar a aplicação de recursos próprios e de terceiros nas atividades mais rentáveis pela empresa”.

A adequada execução de um controle financeiro tornará possível a comparação entre o desempenho da empresa periódico e das projeções que foram estipuladas para os cenários: otimista, conservador e pessimista (ROSS; WESTERFIELD; JAFF, 2002, p. 102).

Sendo assim, uma organização irá possuir um bom conhecimento referente ao diagnóstico financeiro no qual a empresa vive, sendo assim possível criar planos de contingência no tocante dos resultados previstos. (FREZATTI, 2014).

O fluxo de caixa poderá proporcionar uma previsibilidade mais elevada para que a empresa possa tomar decisões de maior eficácia e confiabilidade, conseguindo ter uma sustentabilidade a curto, médio e longo prazo mais elevada. (FREZATTI, 2014).

Precisam ainda serem criadas determinadas planilhas para o controle financeiro, sendo as seguintes:

- Ponto de Equilíbrio
- Fluxo de Caixa;
- Fundo de Reserva;
- Contas a Pagar / a Receber;
- Gastos Fixos / Variados;
- Gerenciamento de Custos e Lucratividade;
- Valores Corrigidos dos Exercícios;
- Margem de Contribuição;
- Relatórios Estatísticos. (FREZATTI, 2014).

O planejamento do fluxo de caixa deve ser feito com base nas projeções econômico-financeiras da empresa de modo a prever a necessidade de captação de recursos ou avaliar as possibilidades de aplicar os excedentes de caixa sem comprometer a liquidez. Desse modo a empresa pode avaliar sua capacidade de gerar recursos para suprir o aumento das necessidades de capital de giro resultado suas atividades operacionais e não operacionais, capacidade de remunerar os proprietários da empresa e credores. (FREZATTI, 2014).

Para fazer o planejamento o administrador financeiro deverá receber o orçamento dos diversos setores da empresa. A principal condição para o sucesso de uma boa projeção de fluxo de caixa é a existência de uma cultura de planejamento em todos setores da empresa. Uma das etapas principais do processo de planejamento é a definição do volume e preços dos produtos e serviços vendidos. Nesse momento deverá ser levada em conta a demanda potencial (tamanho de mercado e *market share* da empresa) e a capacidade da empresa de suprir essa demanda (capacidade de produção e acesso aos recursos). Após deverão ser projetados os custos de produção, despesa comercial, de distribuição, administrativas e gerais, financeiras e impostos sobre lucro. (FREZATTI, 2014).

Outra etapa importante do processo é a definição de quantos dias será o ciclo financeiro da empresa. Este será resultante, principalmente, da política de gestão de estoques, do prazo de pagamento aos fornecedores e do prazo dado aos clientes nas vendas a prazo. Uma vez definidas essas variáveis (e o nível de vendas), saberemos qual a necessidade de capital de giro da empresa no período projetado. O efeito sobre o fluxo de caixa será a variação dessa necessidade entre o período anterior e o período projetado. Deverá também ser definido o valor das aquisições (e vendas) de ativos fixos. A partir desse investimento é que a empresa cria as condições de atender a demanda através do aumento (ou manutenção) de sua capacidade de produção. (FREZATTI, 2014).

A definição da fonte de recursos que irão financiar o ativo econômico da empresa é uma etapa importante do processo. Estes podem ser recursos de terceiros de curto e longo prazo e recursos próprios (capital de acionistas). Os recursos de curto prazo tendem a ter um custo mais barato que os de longo prazo. No entanto, financiar-se excessivamente com recursos de curto prazo é um risco para empresa uma vez que estes estão suscetíveis a disponibilidade de linhas de crédito e a variação das taxas de juros do mercado. (FREZATTI, 2014).

Também deve ser definido o quanto do resultado da empresa será reinvestido e quanto será distribuído aos acionistas como dividendos. Para Wbatuba, Fortes e Treter (2004, p.64), o fluxo de caixa tem duas grandes dimensões “passado ou realizado e o previsto ou planejado, que abrange um período futuro”.

A estrutura de um balanço patrimonial é composta de contas de valores desembolsados ou a desembolsar e valores recebidos ou a receber. O ativo representa além das contas do Disponível, direitos que vão se transformar em caixa a curto e longo prazo (ativos realizáveis) ou valores geralmente já desembolsados (despesas antecipadas ou ativo permanente). (YOSHITAKE, 1997, p. 120)

O fluxo de caixa tem por finalidade, conforme Enderli (2010, p. 32):

- Revelar a posição financeira provável em um momento futuro, como resultado das operações planejadas;
- Indicar excessos ou insuficiência de saldos;
- Indicar necessidade de empréstimos ou, inversamente, disponibilidades de fundos para investimentos;
- Estabelecer bases sólidas para o controle de crédito e da posição financeira.

Visando estimar as necessidades de financiamento para garantir fundos suficientes para que as empresas arquem com seus compromissos, o planejamento financeiro é o processo que, além de estimar a quantia necessária para continuar as operações, viabilizará o processo de decisão sobre quando e como realizar financiamentos (TAVARES, 2005).

Por se tratar de um procedimento confiável, o fluxo de caixa é também um instrumento muito relevante para as organizações, na medida em que fornece roteiros para dirigir, coordenar e controlar as diversas ações para se alcançar os objetivos desejados (MONTANA E CHARNOV, 2010).

Para tanto, faz-se necessário que o planejamento empresarial seja coeso e assertivo, levando-se em consideração todas as variáveis mensuráveis possíveis.

Dessa maneira, pode-se apontar entre as diversas etapas do planejamento financeiro com referência a captação de recursos de terceiros, podem-se citar (TAVARES, 2005, p.22):

- Adoção de um sistema de demonstrações financeiras projetadas;
- Cálculo da demanda de fundos necessários para a execução dos planos traçados;
- Elaboração de uma previsão da disponibilidade de fundos resultantes da execução dos planos;
- Elaboração de um sistema de controle sobre as fontes e as aplicações de fundos dentro da organização;
- Desenvolvimento de uma metodologia de adaptação dos planos às variáveis externas não controláveis.

Desse modo, são criados cenários com probabilidades de ocorrência, de acordo com os ganhos de receita e o volume de recursos disponíveis para cobrir os gastos anteriormente orçados (MONTANA E CHARNOV, 2010).

O controle financeiro dessa forma permite a comparação entre o desempenho da empresa periódico e suas projeções determinadas entre os cenários: otimista, conservador e pessimista (TAVARES, 2005).

Desta forma, se levarmos em consideração estes aspectos, o planejamento de caixa é a peça fundamental no funcionamento das estruturas empresariais, além de ser uma ferramenta imensamente ampla e analítica, capaz de possibilitar dados sensitivos nas tomadas de decisões. (SÁ, 2014).

4.1 Fluxo de caixa descontado

O Fluxo de Caixa descontado é um método de avaliação usado para estimar a atratividade de uma oportunidade de investimento. Essa análise usa projeções de fluxo de caixa livre futuro e a desconta (na maioria das vezes utilizando o custo médio ponderado de capital), para chegar a um valor atual, que é usado para avaliar o potencial de investimento. (SÁ, 2014).

4.2 Fluxo de caixa livre

Fluxo de caixa livre representa o dinheiro que uma empresa é capaz de gerar, após separar o dinheiro necessário para manter ou expandir sua base de ativos. O fluxo de caixa livre é importante porque permite uma empresa buscar oportunidades que aumentam o valor do acionista. (SÁ, 2014).

No caso se houver sobra de recursos à empresa poderá aplicá-lo de forma planejada em: estoques; mercado financeiro; antecipar o pagamento de obrigações mediante desconto financeiro; ativo imobilizado, entre outros. É importante ressaltar que a sobra de caixa pode momentânea, ocorrendo por alguns dias e logo em seguida essa sobra ser utilizado para quitar os compromissos, assim, é fundamental fazer uma análise da situação da empresa no curto, médio e longo prazo, para que ela não seja descapitalizada e passe a depender de recursos de terceiros. (SÁ, 2014).

4.3 Fluxo de caixa operacional

Fluxo de caixa operacional de acordo com Neto e Silva:

Fluxo de caixa, ou fluxo de caixa das atividades operacionais, representam basicamente os resultados financeiros produzidos pelos ativos identificados diretamente na atividade da empresa. (NETO, SILVA, 2002, p. 52)

O fluxo de caixa operacional são as movimentações financeiras que ocorrem diariamente em uma empresa. (WBATUBA et. al., 2005)

5 ACOMPANHAMENTO E ELABORAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

5.1 Fluxo de Caixa pelo Método Direto e Método Indireto

O acompanhamento do fluxo de caixa pode ser elaborado de duas maneiras, através do método direto e pelo método indireto. Esses métodos podem ser desenvolvidos pelas empresas com ajuda de planilhas eletrônicas e com microcomputadores. O que mais se adapta a realidade das pequenas e medias empresas é o fluxo de caixa realizado pelo método direto, pois ele depende apenas de dados retirado do movimento do livro caixa da empresa enquanto o método indireto é obtido a partir das demonstrações contábeis (Demonstrativo de Resultado e Balanço Patrimonial). (ASSAF NETO, 2020).

O fluxo de caixa obtido pelo método direto se torna mais sucinta coletando apenas as informações originadas das entradas e saídas operacionais da empresa, ao contrário do método indireto que colhe informações de demonstrações contábeis e faz uma análise geral das operações da organização por meio do lucro gerado ajustando e igualando a geração interna de caixa adicionada a geração operacional de caixa. Ao final, ambas devem chegar ao fluxo de caixa operacional onde são somadas ou diminuídas da geração não operacional de caixa avaliando a variação do disponível, permitindo que o gestor financeiro tome as decisões confiáveis. (SÁ, 2014).

5.1.1 Fluxo de Caixa Pelo Método Direto

Este método consistirá nas projeções de entradas e saída de recursos operacionais ou não, resultantes de vendas ou compras estimadas de itens do ativo imobilizado, assim como parcelas indicativas de aumento ou redução das contas a receber ou a pagar da empresa. (SÁ, 2014).

O fluxo de caixa serve para controlar o comportamento do caixa em determinado período. Ele apresenta a posição do saldo inicial, das entradas e saídas e do saldo final do período, e que poderia ser apresentado de forma diária, semanal, mensal ou a critério do administrador financeiro da empresa. Esse método de fluxo de caixa é o de mais comum utilização por empresas de pequeno porte. É importante comparar o fluxo de caixa realizado com o projetado, de forma a analisar os desvios havidos e propor correções, caso haja necessidade. (SÁ, 2014).

Exemplo:

Saldo Inicial de Caixa R\$ 5.000,00

+ Entradas (fontes)

Recebimento de Vendas: R\$ 20.000,00

Empréstimos Bancários: R\$ 15.000,00

Integralização de Capital: R\$ 20.000,00

Total das Entradas: R\$ 55.000,00

- Saídas (Aplicações)

Pagamento de Compras: R\$ 6.000,00

Despesas de Vendas: R\$ 3.000,00

Despesas de Administrativas: R\$ 2.500,00

Despesas Financeiras: R\$ 1.500,00

Aquisições de Móveis e Utensílios: R\$ 5.000,00

Aquisição de Terrenos: R\$ 20.000,00

Distribuição de Dividendos: R\$ 0,00

Total de Saídas: R\$ 38.000,00**(=) Saldo Final de Caixa R\$ 22.000,00**

Conforme Sá (2014), fazendo uma comparação do fluxo de caixa realizado e do fluxo de caixa projetado, podemos verificar:

- Quais os recebimentos projetados que não entraram?
- Quais os recebimentos não projetados que entraram?
- Quais as saídas de caixa prevista que não ocorreram?
- Quais as saídas de caixa não prevista que se realizaram?

5.1.2 Fluxo de Caixa Pelo Método Indireto

Segundo Sá (2008, p.121) o fluxo de caixa obtido pelo método indireto “baseia-se em dados das demonstrações contábeis”.

Os elementos de análise com os quais trabalham são as variações das contas contábeis no início e no fim do período considerado. É evidente que, sendo o balanço e o fluxo de caixa retratos de uma mesma realidade, apenas que vistos através de prismas diferentes, os dois métodos não podem se contradisser. Daí que o fluxo de caixa obtido a partir dos demonstrativos

contábeis deve apresentar os mesmos resultados que o fluxo de caixa elaborado pela tesouraria, apenas que visto por outro ângulo. Partindo deste método apenas dois fatores podem liberar ou retirar recursos no fluxo de caixa: o lucro (ou o prejuízo) e os fatores que provocam variações nos saldos das contas do Ativo (menos o Disponível) e do Passivo. Para se obter o fluxo de caixa pelo método indireto devem-se entender primeiramente cada um dos componentes que a forma, Geração Interna de Caixa, Geração de Caixa Operacional e Geração de Caixa não Operacional. (SÁ, 2014).

5.2 Geração Interna de Caixa

Partindo do pressuposto de que todo lucro ou prejuízo gera alteração no fluxo de caixa, assim todo lucro tem um impacto positivo na formação do caixa de uma empresa e que inversamente, todo o prejuízo tem um impacto negativo no seu fluxo de caixa. Sá (2014) diz que:

Chamamos geração interna de caixa do exercício ao lucro líquido (ou seja, ao lucro do exercício deduzido da provisão para o pagamento do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) ajustado pela soma das despesas que não geraram saída de caixa e pela subtração das receitas que não geram entrada em caixa (SÁ, 2014, p.124)

A geração interna de caixa representa o caixa que seria gerado pelo lucro líquido do exercício (ou destruído pelo prejuízo) caso a variação de todas as demais contas tanto do Ativo como do Passivo fossem iguais a zero. (SÁ, 2014).

Para a geração interna de caixa entende-se que no balanço patrimonial da empresa todas as despesas geram movimentação em caixa, para isso surgem às seguintes contas que não geram saída em caixa: (SÁ, 2014).

- a depreciação, a amortização e a exaustão;
- as despesas apropriadas tais como férias, e 13º salário;
- os juros apropriados sobre operações financeiras;
- o prejuízo na venda de imobilizado;
- o prejuízo de equivalência patrimonial;
- a apropriação de despesas pagas antecipadamente, etc. (SÁ, 2014).

E também as receitas que não geram alteração em caixa, que são:

- os juros apropriados de aplicações financeiras;

- o lucro de equivalência patrimonial, deduzidos dos dividendos recebidos;
- o lucro obtido na venda de investimentos e/ou imobilizado;
- a apropriação de receitas antecipadas. (SÁ, 2014).

Com base nesses dados pode-se construir o seguinte fluxo para a geração interna de caixa:

Lucro líquido no exercício	R\$ 10.000,00
(+) Depreciação	R\$ 5.000,00
(+) Provisão de férias e 13º salário	R\$ 2.000,00
(+) Juros provisionados	R\$ 3.000,00
(-) Lucro de equivalência patrimonial	R\$ (3.000,00)
(=) Geração Interna de Caixa	R\$ 17.000,00

6 OS BENEFÍCIOS DO CONTROLE DO FLUXO DE CAIXA PARA EMPRESAS

Podemos ver então que o fluxo de caixa se apresenta como uma ferramenta de extrema relevância para a administração de uma empresa, isso porque evidencia informações que tornam possível para o administrador planejar as necessidades para os recursos da empresa em um certo período.

O controle de fluxo de caixa deve ser entendido como uma necessidade para inúmeras organizações, ficando evidente então a análise de quais são as reais necessidades, sendo assim possível tomar as decisões mais corretas de maneira antecipada, objetivando assim impossibilitar futuros problemas em caixa e que possam prejudicar a empresa, dessa maneira, essas organizações que aplicam o controle de fluxo de caixa não conhecem o fracasso na maior parte das ocasiões. (SÁ, 2014).

Já os estudos de Barreto (2008) apresentam os seguintes benefícios trazidos pelo controle do fluxo de caixa:

- Redução do custo financeiro pela redução da necessidade do Capital de giro.
- Relação entre os ingressos financeiros e respectivas saídas em um determinado intervalo e tempo.
- Permite pelo dimensionamento pretérito as aquisições à vista, com significativa redução de custos.
- Facilita sobre maneira a identificação daqueles créditos (normalmente de fornecedores), viáveis ou não, em função de seus custos.
- Permite a justaposição entre níveis elevados de caixa e compatibilização de volumes de investimento geradores de rentabilidade interessante.
- Análise pormenorizada dos ciclos operacionais, mormente, com o concurso de uma contabilidade de custos bem estruturada.
- Faculta a empresa liquidar seus compromissos de modo a dispor permanentemente de uma boa política de crédito (BARRETO, 2008¹).

Entretanto, o fluxo de caixa, unicamente, não faz a adequada administração de uma empresa, mas se apresenta sim como uma ferramenta de enorme relevância para se alcançar o sucesso dessas empresas, desde que o administrador tenha um adequado controle de todos os dados que constituem um fluxo de caixa (GAZZONI, 2003).

Segundo as palavras de Zdanowicz (1998), podemos ver que:

O fluxo de caixa é de vital importância para a eficácia econômico-técnica financeira e administrativa das empresas, sejam elas micro, pequenas médias ou grandes, a tal

¹ Disponível em: <http://www.administradores.com.br/noticias/negocios/o-fluxo-de-caixa-e-suaimportancia-na-gestao/15279/>. Acesso em: 2021.

ponto, que muitas instituições de crédito exigem a sua apresentação antes de concederem empréstimos ou financiamentos a seus clientes (ZDANOWICZ, 1998, p. 50).

Dessa forma, não contando com um controle do Fluxo de Caixa eficaz, podemos afirmar que uma empresa não é capaz de fazer uma avaliação de quando o seu caixa será capaz de custear as suas operações ou ainda financiar os investimentos desejados e necessários.

Os benefícios da elaboração de um planejamento financeiro são os seguintes: ele beneficia a administração, coordena e controla as suas ações para que sejam alcançados os seus objetivos (GAZZONI, 2003).

Dessa maneira, o fluxo de caixa é capaz de proporcionar os benefícios relatados logo mais:

- I – Deixa claro que é o momento mais adequado para realizar as retiradas de caixa, não causando problemas financeiros para a empresa;
- II – Possibilita a utilização de forma racional dos recursos que estão à disposição, não prejudicando assim a liquidez da organização;
- III – Torna-se possível o agendamento de financiamentos futuros;
- IV – Proporciona uma análise eficiente de quando a empresa irá ter excedentes de caixa;
- V – Através da devida PCLD, a organização conta com a capacidade de impossibilitar crises que possivelmente venham ser resultantes da inadimplência de seus clientes.
- VI – Torna possível a opção pelos mais adequados investimentos, assim como também os financiamentos necessários com o intuito de cobrir os possíveis desfalques do caixa;
- VII – Torna possível o planejamento das atividades da empresa de forma integrada com todas as áreas da mesma;
- VIII – Torna o processo de tomadas de decisão mais simples, levando em consideração que o administrador financeiro será capaz de verificar como a empresa se encontra e como, possivelmente, em um determinado período;
- IX – Possibilita a verificação dos pontos fortes e dos pontos fracos da empresa e, dessa maneira, colocar em prática as medidas corretivas necessárias;
- X – Torna possível que sejam estabelecidos inúmeros objetivos e metas que precisam ser atingidas.

Segundo a concepção de Rosa (2015), os benefícios trazidos pelo controle de fluxo de caixa são estes:

- Facilita a elaboração de projetos e planejamentos para os próximos períodos; Os resultados financeiros são mais visíveis;
 - Consegue visualizar possíveis futuros problemas com o capital de giro futuro.
- Desvantagens do Fluxo de Caixa
- Baixa quantidade de informações; Basta um erro no fluxo e todo o planejamento estará comprometido;
 - Não existe um método específico para seu fluxo, alguns países fazem considerando os bancos, outros títulos, logo, não tem como deixar específico como fazer (ROSA, 2015²).

Neste sentido, a implantação, os objetivos e metas que devem constituir um fluxo de caixa tornam possível a avaliação da situação financeira da empresa, procurando assim o que realmente possibilitou o surgimento de problemas para que esses possam ser impossibilitados futuramente. Cabe ressaltar ainda que *"O dimensionamento do capital de giro a ser mantido fica bastante facilitado com a utilização do fluxo de caixa"* (SILVA, 2002, p. 26), levando em consideração que ele torna possível que sejam conservados os recursos mínimos necessários para um adequado funcionamento da organização ou ainda que seja possam ser aplicados os excedentes em investimentos mais eficientes.

Outra maneira de satisfazer a necessidade de caixa da empresa, seria a venda de ativos fixos ou então, incapacidade de modernizar os serviços, instalações, adquirir novos equipamentos e atualizar os processos de fabricação (GAZZONI, 2003).

Para Garrison (2007), encontramos o norte de que a demonstração de fluxo de caixa responde a perguntas críticas como:

1. A empresa está gerando fluxos positivos de caixa suficientes em suas operações regulares para continuar sendo variável?
2. A empresa está capaz de pagar suas dívidas?
3. A empresa será capaz de pagar seu dividendo costumeiro?
4. Por que o lucro líquido e o fluxo líquido de caixa são diferentes?
5. Até que ponto a empresa precisará tomar dinheiro emprestado para fazer os investimentos necessários?

De acordo com GRIFFIN (2007, p. 43) o planejamento e controle da qualidade em fluxo de caixa envolvem os seguintes passos:

- Definir características de qualidade;
- Decidir como medir cada uma das características de qualidade;
- Estabelecer padrões de qualidade para cada característica;

² Disponível em: <http://www.ecrconsultoria.com.br/biblioteca/artigos/gestaofinanceira/o-fluxo-de-caixa-nas-micros-e-pequenas-empresas> . Acesso em: 2021.

- Controlar a qualidade em relação a esses padrões.

O controle de qualidade em fluxo de caixa é essencial, pois, a gestão tem como foco principal gerenciar estrategicamente recursos e sua interação com processos que produzem e entregam produtos e serviços, visando atender às expectativas e necessidades dos clientes (BRIGHAM & EHRHARDT, 2006, p. 99).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das necessidades da evolução humana, principalmente na área econômico-financeira, originaram-se os estudos da ciência social da Contabilidade e a constituição de técnicas e práticas contábeis que mensuram o patrimônio de uma pessoa física ou jurídica, apontando indicadores relevantes, informações seguras e concretas para a tomada de decisão, permitindo que o gestor, proprietário ou diretor de uma entidade, ou de sua própria vida pessoal, possa vislumbrar de uma visão ampla e transparente de cunho técnico e operacional, verificando a demanda de manutenções periódicas e a necessidade de mudanças criteriosas nos planejamentos da saúde-financeira de uma entidade, evitando resultados negativos irreparáveis.

As Demonstrações Contábeis foram configuradas de suma importância, além de obrigatórias, pois apontam os resultados operacionais, não operacionais, fiscais e lucrativos em dado período, sendo certo que existem normas que devem ser cumpridas a sua padronização de estrutura e informações a serem declaradas, tornando assim possível a sua compreensão e comparabilidade internacionalmente.

Com a globalização em constante evolução em diversos aspectos surgiu a maior necessidade de empresas controlarem suas contas. Assim, como vimos neste estudo, para controle melhor das empresas o DRE e principalmente a gestão do fluxo de caixa são fundamentais. A partir da análise do fluxo de caixa de uma empresa, as seguintes indagações para compreensão da mesma têm de ser feitas:

- Que quantia de caixa foi gerada e usada pelas operações?
- Qual foi a fonte de caixa investido em novos ativos permanentes?
- Como foi levantado o caixa?
- Por que, a despeito de uma entrada líquida saudável, o saldo de caixa foi menor que o do último período?
- Como a empresa pôde pagar dividendos?

Só a partir das respostas das informações elencadas possam concluir a saúde financeira tornando possível a tomada de decisão bem fundamentada.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Maria Thereza Pompa; GRECCO, Marta Cristina Pelucio; FORMIGONI, Henrique; NETO, Octavio Ribeiro de Mendonça. A adoção no Brasil das normas internacionais de contabilidade IFRS: o processo e seus impactos na qualidade da informação contábil. **Revista de Economia & Relações Internacionais**. São Paulo, v. 10, n. 20, p. 5-19. Jan. 2012.
- ASSAF NETO, Alexandre. **Estruturas e Análise de Balanços** - Um Enfoque Econômico-financeiro. 12. Ed. São Paulo: Atlas. 2020.
- BASSO, Irani Paulo. **Contabilidade Geral Básica**. Ijuí: Editora Unijui, 2011.
- BARRETO, Augusto Paes. **O fluxo de caixa e sua importância na gestão**. Estúdio de Comunicação, 2008. Disponível em: <http://www.administradores.com.br/noticias/negocios/o-fluxo-de-caixa-e-suaimportancia-na-gestao/15279/>. Acesso em: jul. de 2021.
- BRIGHAM, Eugene F.; EHRHARDT, Michael C. **Administração Financeira: teoria e prática**. São Paulo. Pioneira Thomson Learning, 2006.
- BUENO, Artur Franco; LOPES, Edmir. **Harmonização Global das Práticas Contábeis**. Contabilidade Internacional. São Paulo, Módulo 2, 2005.
- BLATT, Adriano. **Análises de balanços** – estrutura e avaliação das demonstrações financeiras e contábeis. São Paulo: Makron, 2001.
- BRASIL. **Lei N° 6404 de 1976**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404compilada.htm . Acesso em: jul. de 2021.
- BURNS, J.; SCAPENS, R. W. **Conceptualizing management accounting change: an institutional framework**. Management Accounting Research, v. 11, p. 3-25, 2000.
- ENDERLI, Stela Maria. **Apostila Contabilidade e Orçamento Empresarial**. Agosto. 2010.
- FIPECAFI. **Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras**. Manual de contabilidade das sociedades por ações: aplicável também às demais sociedades. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- FRANCO, Hilário. **Estrutura, análise e interpretação de balanços**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 1992.
- FREZATTI, Fábio. **Gestão Do Fluxo De Caixa: Perspectivas Estratégica E Tática**. 2.ed. São Paulo: Atlas. 2014.
- GARRISON, R. H.; NOREEN, E. W.; BREWER, P. C. **Contabilidade gerencial**. 11. ed. Tradução: Antonio Zoratto Sanvicente. Rio de Janeiro: LTC, 2007.

GAZZONI, Elizabeth Inez. **Fluxo de caixa**: ferramenta de controle financeiro para a pequena empresa. 2003. 96f

GRIFFIN, R. W. **Introdução à administração**. São Paulo: Ática, 2007.

GONÇALVES, Gilmar Francisco Gomes. História. **Evolução da contabilidade no Brasil e sua importância no mundo dos negócios**. João Monlevade – MG, 2004.

HENDRIKSEN, Eldon S. Accounting Theory. 4. ed. Illinois: Richard D. Irwin. Inc., 1982.

HOJI, M. **Administração financeira**: uma abordagem prática: matemática financeira aplicada, estratégias financeiras, análise, planejamento e controle financeiro. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de balanços**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2017. 254 p.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanços**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 372 p.

MARTINS, Orleans Silva. **O planejamento em micro e pequenas empresas comerciais: planejamento através da controladoria**. 2005. (Monografia) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Contabilidade, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, PB, 2005.

MONTANA, Patrick J. CHARNOV, Bruce H. **Administração**. Saraiva. Série Essencial - 3ª Ed. 2010.

NETO, Alexandre Assaf; SILVA, César Augusto Tibúrcio. **Administração do Capital de Giro**. São Paulo: Editora Atlas S.A, 3ª Edição. 2002.

NIYAMA, Jorge Katsumi; SILVA, César Augusto Tibúrcio. **Teoria da Contabilidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011. 328 p.

PADOVEZE, Clóvis Luís; BENEDICTO, Gideon Carvalho de; LEITE, Joubert da Silva Jerônimo. **Manual de Contabilidade Internacional: IFRS – US Gaap – BR Gaap: Teoria e Prática**. 1. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012. 586 p.

PEREZ JUNIOR, José Hernandez. **Conversão de Demonstrações Contábeis**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 416 p.

ROSA, Carsten Everton. **O fluxo de caixa nas micro e pequenas empresas**. Disponível em: <http://www.ecrconsultoria.com.br/biblioteca/artigos/gestaofinanceira/o-fluxo-de-caixa-nas-micros-e-pequenas-empresas>. Acesso em: jul. de 2021.

ROSS, S. A.; WESTERFIELD, R. W.; JAFFE, J. F. **Administração financeira**. 2. ed. Tradução: Antonio Zoratto Sanvicente. São Paulo: Atlas, 2002.

SÁ, Carlos Alexandre. **Fluxo de caixa: a visão da tesouraria e da controladoria**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

SÁ, Antônio Lopes de. **Teoria da contabilidade**. 4ª Edição. São Paulo: Atlas, 2008.

SANTOS, J. L. D.; SCHIMIDT, P.; FERNANDES, L. A. **Contabilidade avançada: Aspectos Societários e Tributários**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SILVA, Edson Cordeiro da. **Como administrar o fluxo de caixa das empresas**. Editora Atlas S.A – São Paulo – 2005.

TAVARES, Mauro C. **Gestão Estratégica**. São Paulo: Atlas, 2005.

YOSHITAKE, Mariano. E HOJI, Masakazu. **Gestão de Tesouraria: controle e análise de transações financeiras em moeda forte**. São Paulo: Atlas, 1997.

WBATUBA, Berenice B. R; FORTES, Viviane O; TRETER, Jaciara. **Fluxo de caixa e demonstração das origens e aplicações de recursos**. Contabilidade e informação, Ijuí, v.8, n.20, p.61-68, jan./jun. 2004.

WEFFORT, Elionor Farah Jreige. **O Brasil e a Harmonização Contábil Internacional: Influências dos Sistemas Jurídico e Educacional, da Cultura e do Mercado**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2005. 232 p.

ZDANOWICZ, J. E. **Fluxo de caixa: uma decisão de planejamento e controle financeiros**. 10. ed. Porto Alegre: Sagra – D. C. Luzzatto, 2004.

ZDANOWICZ, J. E. **Fluxo de Caixa**. 7ª ed. Porto Alegre: Sagra, 1998.